

CONFERÊNCIA ANUAL ECOseguros 2023

O papel dos Seguros como garantia de um futuro muito incerto

Intervenção da Dra. Margarida Corrêa de Aguiar

Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Lisboa, 26 de outubro de 2023

Centro Cultural de Belém, Lisboa

Muito boa tarde a todos.

Cumprimento todos os conferencistas e participantes.

Começo por agradecer ao ECOseguros o convite para participar na 4ª Edição da sua Conferência Anual, um evento que se tem vindo a afirmar como um importante ponto de encontro anual dos agentes do setor segurador que analisam a conjuntura e apontam as tendências de negócio.

É com muito gosto que aqui estou nesta sessão de encerramento.

Quero felicitar o ECOseguros por esta iniciativa que muito enriquece o debate de ideias sobre a atual conjuntura e as tendências do setor segurador, em tempos que são muito ricos tanto em incertezas como em desafios.

O seguro é um produto financeiro que faz parte da realidade portuguesa desde tempos muito recuados, muito por força do importante papel de Portugal no desenvolvimento do comércio marítimo de longa distância.

De facto, a história da atividade seguradora revela-nos que, desde muito cedo, os portugueses procuraram formas de mitigação dos riscos associados à atividade comercial, desenvolvendo soluções previdenciais com o objetivo de garantir a segurança comercial, por exemplo através da criação de associações que assumiam a responsabilidade de indemnizar os membros que sofriam perdas de mercadorias devido a naufrágios.

Como muitos dos presentes bem sabem, os primeiros sistemas de seguro baseavam-se em acordos entre grupos de pessoas, que se comprometiam dessa forma a prestar auxílio mútuo em caso de perdas.

No final do século XIII, a história dos seguros em Portugal conhece um importante desenvolvimento, protagonizado por D. Dinis que, por carta régia de 1293, aprovou a criação de uma “bolsa comum”, a primeira bolsa de seguros destinada a compensar os prejuízos resultantes da utilização de navios com destino a portos estrangeiros.

O comércio marítimo adquire assim um intenso dinamismo, particularmente manifesto durante a era dos descobrimentos, bem exemplificativo da sua importância enquanto fator de desenvolvimento económico.

Naturalmente que não é meu propósito com esta intervenção apresentar a esta tão qualificada audiência a cronologia da história dos seguros em Portugal.

Esta pequena incursão pela história dos seguros em Portugal tem apenas como objetivo salientar que o setor segurador possui uma história rica e desempenha um papel

fundamental na proteção financeira da sociedade e na melhoria da sua qualidade de vida.

Através da contratação de seguros, tanto as famílias como as empresas podem transferir uma multiplicidade de riscos para as empresas de seguros, as quais atuam como agentes especializados na sua gestão e mitigação.

Além de garantir a proteção do património e a compensação de perdas, o setor segurador também desempenha um papel crucial na captação e capitalização de poupanças de médio e longo prazo.

No entanto, a importância da atividade seguradora não se limita à ampla gama de produtos que disponibiliza.

O setor segurador contribui significativamente para o desenvolvimento económico e social e para a promoção de boas práticas e comportamentos responsáveis, ao mesmo tempo que atua como um investidor institucional relevante, gerindo um volume substancial de ativos financeiros.

Ao longo do tempo, os seguros evoluíram de forma significativa, em paralelo com as mudanças na economia e na sociedade, adaptando-se aos riscos presentes em cada momento.

Inicialmente, as principais preocupações estavam associadas à atividade marítima portuguesa, mas, à medida que a sociedade evoluiu, novos riscos emergiram, como os relacionados com acidentes de trabalho e sinistralidade automóvel.

Por sua vez, o crescimento económico aumentou a prosperidade das famílias e das empresas, gerando novas necessidades, e impulsionando o apetite por novos produtos de seguro, como por exemplo de proteção da propriedade.

A consciencialização sobre os benefícios da proteção individual e familiar levou também a um interesse crescente por produtos de seguro focados nas áreas de vida e de saúde.

Nos dias de hoje, a tecnologia é um fator impulsionador da evolução do setor segurador, potenciando uma oferta de seguros mais personalizada, bem como o desenvolvimento de produtos que assegurem a resposta às necessidades de proteção dos agentes económicos para fazer face aos riscos trazidos justamente pela tecnologia.

Sendo certo que o mercado de seguros em Portugal é atualmente considerado maduro e diversificado, abrangendo uma ampla gama de produtos, incluindo seguros do ramo Vida e dos ramos Não Vida – com particular destaque, neste último caso, para os seguros de doença, automóvel, acidentes de trabalho e incêndio e outros danos –, é importante notar que o índice de penetração de seguros nacional se situa ainda consistentemente abaixo da média da União Europeia.

Os baixos níveis de penetração de seguros no nosso país podem ser justificados quer por fatores do lado da procura – designadamente por lacunas na literacia financeira da população, por perceções subestimadas do risco, por falta de uma cultura seguradora e pelo nível do rendimento disponível –, quer por fatores do lado da oferta – designadamente por dificuldades técnicas ou de escala no desenvolvimento e disponibilização de novos produtos.

Importa, a este propósito, referir que a penetração nacional de seguros está muito sustentada pelo caráter de obrigatoriedade de alguns tipos de seguros, parte dos quais com expressão muito significativa.

Exemplos destes seguros incluem o seguro de responsabilidade civil automóvel, o seguro de incêndio para habitação em regime de propriedade horizontal e o seguro de acidentes de trabalho.

Vale a pena notar que a evolução da produção dos seguros obrigatórios está intrinsecamente ligada ao desempenho da atividade económica, uma vez que, à medida que a economia se fortalece, aumenta a base segurável.

Neste contexto, as maiores oportunidades de crescimento para o setor segurador residem nos restantes segmentos de negócio, através do preenchimento de lacunas relevantes de proteção – inclusivamente para os riscos emergentes, como é o caso de coberturas face aos riscos cibernéticos – e com a oferta de soluções atrativas de poupança individual, em particular com garantias de capital.

Naturalmente que a exploração destas oportunidades deve estar articulada com o apetite de risco dos operadores e deve ser desenvolvida de forma prudente.

A atual conjuntura mostra-nos que a educação sobre os riscos e a importância da proteção contra eventos financeiros adversos são cruciais para uma gestão financeira sólida e, por conseguinte, para a promoção do bem-estar da população.

Apesar de o risco ser uma presença constante na vida quotidiana, as famílias nem sempre reconhecem a necessidade de garantir uma proteção adequada a este nível.

O setor segurador tem um papel relevante a desempenhar nesta esfera, através de ações de sensibilização da população e de incentivo a boas práticas e bons comportamentos de gestão e prevenção dos riscos, contribuindo assim para uma sociedade mais consciente e responsável.

Além da atuação no sentido de reforçar a importância da aquisição de seguros para a estabilidade da vida quotidiana e da sua resiliência ao risco, é também essencial garantir que a oferta de seguros é apresentada de uma forma clara e transparente e que os

produtos subscritos são efetivamente adequados ao perfil de risco e necessidades individuais, reforçando assim a confiança no setor segurador.

Um dos grandes desafios que se coloca a Portugal relaciona-se com a resposta à complexa realidade do envelhecimento da população.

Sendo maior a longevidade, é necessário gerar mais rendimento e/ou acumular mais poupança durante a vida ativa, mitigando assim as pressões e desafios próprios que se colocam ao sistema público de segurança social nesta matéria.

Neste aspeto, Portugal está consideravelmente atrás da média da União Europeia, registando taxas de poupança relativamente baixas.

De acordo com um inquérito conduzido pelo Banco Central Europeu, em 2021, a percentagem de famílias com planos voluntários de pensões/seguros na área do Euro era de 28,4%, significativamente acima da percentagem de Portugal, que se situava em 18,7%.

É fundamental promover políticas que incentivem e consciencializem as pessoas para a importância da poupança para a reforma.

No entanto, os contínuos abalos financeiros, como a crise financeira gerada pelo *subprime*, a pandemia de COVID-19 e os conflitos geopolíticos recentes têm levado à flexibilização das regras de resgate de poupanças já acumuladas, visando ajudar os cidadãos no curto prazo, mas potencialmente comprometendo o longo prazo.

Adquirir seguros não é apenas cobrir riscos, mas também é poupar.

Portanto, as empresas de seguros devem procurar responder a este desafio com a disponibilização de produtos atrativos, capazes de proporcionar fluxos regulares de

rendimento durante a reforma e de incentivar a acumulação de poupança de longo prazo, adaptados às necessidades e preferências dos consumidores.

O atual panorama de taxas de juro, com o afastamento do ambiente prolongado de baixas taxas de juro, oferece uma boa oportunidade para reformular a oferta de produtos de poupança, permitindo a compatibilização da oferta de rendimentos mais atrativos, com a proteção dada pelas garantias de capital.

Ainda na esfera da longevidade, Portugal tem testemunhado um aumento na produção de seguros de saúde – assinalo um crescimento acumulado de 43,6% no período 2018 a 2022 – e no número de beneficiários – assinalo o incremento acumulado de 32,1% no período 2018 a 2022 – prevendo-se que esta tendência prossiga no futuro, em linha com o aumento das necessidades de cuidados de saúde e de acesso a assistência médica especializada de qualidade ao longo de todas as fases da vida, em complemento aos serviços públicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Neste sentido, é essencial que os operadores do setor segurador continuem a desenvolver a oferta desta tipologia de seguros de uma forma tecnicamente sustentável e adaptada às necessidades dinâmicas das famílias e da sociedade, salientando-se, designadamente, a importância das coberturas de doenças graves e de *long term care*.

Neste ponto, é de assinalar a ausência atual de produtos de seguros de saúde vitalícios que permitiriam à população usufruir de cuidados de saúde mais abrangentes e com maior estabilidade ao longo da sua vida.

Este é um aspeto a considerar na evolução futura da oferta de produtos de seguros de saúde em Portugal.

Em relação ao ecossistema dos seguros de saúde, aproveito esta ocasião para anunciar que a ASF vai lançar no próximo mês de novembro um Portal dos Seguros de Saúde e

um Observatório dos Seguros de Saúde, iniciativa inserida no programa de melhoria da regulação dos seguros de saúde iniciada em 2020.

O Portal dos Seguros de Saúde pretende disponibilizar conteúdos direcionados para o consumidor, designadamente materiais informativos e pedagógicos preparados especificamente, respostas e perguntas frequentes, glossários, legislação e regulamentação aplicável, entre outros.

Por sua vez, o Observatório dos Seguros de Saúde vai integrar diversa informação relevante e atualizada sobre os seguros de saúde em Portugal, designadamente indicadores sobre a dimensão, a estrutura, a avaliação e o desempenho do mercado, apresentada de uma forma sistemática, detalhada e apelativa.

Voltando à temática da transformação digital, uma das consequências associadas é o aumento dos riscos cibernéticos, os quais são considerados como uma das principais fontes de riscos operacionais a que as empresas se encontram hoje expostas.

Portugal não tem sido exceção, com diversos eventos desse tipo a ocorrer no país, com diferentes graus de complexidade e severidade e custos associados.

Embora a oferta de seguros para a cobertura desses riscos seja ainda incipiente entre nós, é desejável e esperado que esta oferta cresça.

No entanto, a velocidade dessa evolução pode não ser suficiente para acompanhar a realidade.

Note-se que o *gap* de proteção, isto é, a insuficiência de cobertura seguradora na proteção do risco, na área dos riscos cibernéticos, deve-se à dificuldade em estimar as perdas associadas a um incidente dessa natureza, à correlação entre as perdas e, também, à complexidade na avaliação do risco, muitas vezes devido à falta de dados.

A correção das discrepâncias entre a procura e a oferta por este tipo de seguros poderá passar pelo desenvolvimento de *pools* de dados e de riscos, envolvendo parcerias entre o setor público e o setor privado, assim como pelo reforço de iniciativas que atuem na prevenção e na mitigação das perdas em caso de materialização.

Ainda neste quadro, importa fazer referência ao DORA, o Regulamento sobre resiliência operacional digital para o setor financeiro europeu que será aplicável a partir de janeiro de 2025.

Gostaria de sublinhar que este regulamento trará novas exigências para os operadores, das quais destaco a necessidade de criação de registos relativos aos prestadores de serviços de tecnologias de informação e comunicação, a notificação imediata de ocorrências de carácter severo aos supervisores e a realização de testes de resiliência operacional digital, cujos detalhes de operacionalização estão ainda em fase de regulamentação.

Além do processo em curso ao nível europeu, decorrem ao nível do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros os trabalhos de regulamentação no quadro das opções regulatórias delegadas nos Estados Membros.

A ASF tem vindo a tomar medidas, das quais sublinho a publicação da norma regulamentar sobre a governação e segurança das tecnologias de informação e comunicação e o reporte mensal de incidentes.

E está a trabalhar, em antecipação ao DORA, num normativo regulamentar que tem por objetivo operacionalizar a notificação de incidentes e a respetiva resolução e estabelecer regras de avaliação dos seus impactos.

No contexto de incerteza que vivemos e dos desafios associados, é também devida uma nota à relevância do combate às alterações climáticas e à implementação de medidas de transição para uma economia sustentável e de baixo carbono.

A este tema encontra-se associado, por um lado, o risco de agravamento das perdas decorrentes de fenómenos climáticos – danos diretos e interrupções de negócio – e, por outro lado, os riscos relacionados com a transição sustentável, que está dependente do desenvolvimento e implementação em grande escala de tecnologias e serviços não inteiramente disponíveis atualmente, que viabilizem uma economia e sociedade de baixas emissões de carbono.

Estes aspetos revelam o potencial de geração de vulnerabilidades económicas e sociais e, também, de repercussões para as instituições financeiras tanto a nível individual como transversal.

Neste contexto, o setor segurador mais uma vez tem um papel relevante a desempenhar, quer por via da canalização de recursos financeiros, quer pela disponibilização de produtos de cobertura dos riscos associados a fenómenos climáticos.

Nestes últimos, o setor segurador pode fomentar a implementação de medidas estruturais de mitigação desses riscos por parte dos tomadores de seguros, com reflexo nas condições de subscrição.

Neste âmbito, é também importante ressaltar a responsabilidade do setor segurador na divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade e informações pré-contratuais.

Essa ação contribuirá para o incremento do nível de literacia financeira e do conhecimento da população nestes assuntos, sendo, contudo, necessário que a informação seja apresentada de forma clara, descodificada e transparente.

Os fenómenos climáticos vieram expor, ou acentuar, a importância de se identificar e colmatar as lacunas de proteção existentes entre as perdas económicas projetáveis, decorrentes de eventos de catástrofe natural, e aquelas que se encontram cobertas por apólices de seguro.

Em particular, a penetração de seguros em Portugal com coberturas de riscos catastróficos é notoriamente baixa, o que amplia a vulnerabilidade social e económica a riscos desta natureza.

Esta situação causa especial preocupação pelo facto de se prever um aumento da severidade e da frequência de ocorrência de fenómenos naturais adversos, em resultado das alterações climáticas, o que pode agravar as dificuldades na disponibilização de coberturas de seguros ou da sua oferta a tarifas economicamente viáveis.

A resolução dos *protection gaps* existentes, no caso de eventos potencialmente sistémicos, exige uma abordagem abrangente e concertada em termos de políticas públicas, envolvendo não apenas o setor segurador, mas também o Estado – potenciando a criação de ferramentas e mecanismos de identificação, monitorização, mensuração e de partilha de riscos – e a população em geral – através da adoção de comportamentos responsáveis e de estratégias que promovam a resiliência e a adaptação climática.

A nível nacional, importa destacar o desafio em aberto relacionado com a necessidade de fortalecer a resiliência contra o risco de fenómenos sísmicos.

Este risco denota, para uma área significativa do território português, um perfil severo, suscetível de causar perdas e disrupção de larga escala – dada a densidade de ocupação e de edificação em zonas particularmente expostas ao risco – e, inclusivamente, o potencial de interferência com a estabilidade do sistema financeiro.

A ASF encontra-se presentemente empenhada na realização dos trabalhos necessários para a apresentação ao Governo de uma proposta para a criação de um sistema de cobertura do risco de fenómenos sísmicos.

Em resumo, frequentemente denominamos alguns dos riscos que mencionei como “novos” ou “emergentes”, mas estes já não são assim tão emergentes e estão a ficar velhos.

Vários deles permanecem, contudo, sem uma resposta pronta, adequada e acessível como estávamos habituados a ver nos seguros.

Tal reflete as dificuldades do setor segurador no desenvolvimento da oferta de produtos que respondam eficazmente às necessidades trazidas por fenómenos relacionados com o aumento da longevidade, a transformação digital e as alterações climáticas, seja por dificuldades técnicas, por falta de escala ou por escassez de procura.

Não obstante, é justo realçar que a redução dos *gaps* de proteção referidos não pode ser deixada como um esforço exclusivo do setor segurador, sendo necessário o envolvimento de outros *stakeholders*.

Para a resolução dos desafios que se colocam em vários riscos, e na sua dinâmica futura em termos de acessibilidade e segurabilidade, é necessário pensar *fora da caixa*, adotar abordagens inovadoras e considerar soluções que já se encontram implementadas em outros países, nomeadamente no espaço europeu.

Em particular, é essencial reconhecer o papel dos agentes públicos e dos consumidores em geral na resolução dos *gaps* de proteção.

Os agentes públicos podem atuar em áreas como o fomento da consciencialização e da literacia financeira da população, na definição de políticas que promovam a prevenção

e a identificação antecipada e mitigação de vulnerabilidades, na introdução de incentivos para um reforço material da penetração de cobertura seguradora ou na promoção de mecanismos de partilha de riscos entre o setor público e o setor privado, por exemplo, através da atuação do Estado como ressegurador de último recurso nos riscos que, pelo seu potencial destrutivo, não são inteiramente comportáveis apenas pelo setor segurador.

Quanto aos consumidores em geral, estes devem adotar comportamentos que aumentem a sua resiliência individual e coletiva.

Estas sinergias são essenciais para uma melhoria substancial face ao panorama hoje observável.

Gostaria de concluir com o seguinte.

Temos estado a viver uma conjuntura macroeconómica muito difícil e, anteriormente, muito recentemente, confrontámo-nos com uma pandemia extremamente adversa, a que se juntam riscos geopolíticos acrescidos.

Apesar destas adversidades e dificuldades nos consumirem muitos recursos, devemos manter, e até reforçar, o foco das nossas apostas e estratégias no médio e longo prazos, precisamos de continuar a ter uma visão sobre o futuro, sobre o que precisamos de fazer e como fazê-lo.

É neste contexto, simultaneamente de dificuldades e superação, que a sociedade e a economia têm à sua disposição um setor segurador nacional que se encontra adequadamente preparado e capacitado para responder à atual conjuntura e aos desafios estruturantes, fruto do reforço dos seus níveis de solvência, da criação de uma cultura de gestão baseada nos riscos e de uma supervisão vigorosa.

A ASF permanecerá atenta às necessidades de curto prazo, ditadas pela conjuntura, sem perder de vista os desafios e as transformações capazes de lhes dar resposta, procurando manter políticas regulatórias equilibradas que promovam o papel dos seguros no aumento da proteção das famílias e das empresas portuguesas de forma sustentável e que contribuam para o reforço da confiança que o setor segurador granjeia em Portugal.

E agora, sim, termino, muito obrigada.